



número 121 - Agosto 2007

#### NOSSA OPINIÃO

- Certificação da Veracel pelo FSC: um ponto de viragem ou tudo continua o mesmo?

#### VERACEL: UM TESTE PARA O FSC

- Brasil: a Veracel e a certificação impossível
- Porque a Veracel não pode ser certificada, na visão da sociedade

#### COMUNIDADES E FLORESTAS

- Bangladesh: a floresta fortificada de Modhupur
- Brasil: a luta dos Pataxó por seu território continua
- Costa Rica: o turismo depredador que leva tudo embora
- República Democrática do Congo: seguindo a pista do fio mortífero do coltan

#### COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Austrália: polpação da democracia
- Colômbia: comunidades eliminam plantações de dendezeiro para reaverem seu território
- Suécia: pesquisa de árvores GM expõe as florestas a prejuízos irreversíveis
- Novo relatório e sitio web sobre a indústria celulósica

#### MULHERES, ATIVIDADE MADEIREIRA E PLANTAÇÕES DE DENDEZEIROS

- Ilhas Salomão: empresa madeireira fere mulheres que defendem suas terras
- Ilhas Salomão: atividade madeireira como fator principal do abuso sexual das jovens
- Indonésia: os impactos das plantações de dendezeiros sobre as mulheres
- Papua- Nova Guiné: a vida pode ser difícil para as mulheres nas plantações de dendezeiros

#### NOSSA OPINIÃO

##### - Certificação da Veracel pelo FSC: um ponto de viragem ou tudo continua o mesmo?

Por mais de uma década o WRM tem estado coletando, produzindo e difundindo informação e análise sobre os impactos sociais e ambientais das plantações de madeira rápida ("fast wood"), caracterizadas como monoculturas de árvores em grande escala, de rápido crescimento. Ao mesmo tempo, temos estado enfatizando que essas plantações não deveriam ser certificadas, e nos focalizamos no Conselho de Manejo Florestal (FSC), sendo esse o esquema que certifica a maioria dessas plantações.

Em vez de ter lançado em setembro de 2004 uma revisão da certificação das plantações, o FSC tem continuado certificando plantações de madeira rápida, socavando assim sua própria credibilidade e debilitando as lutas locais contra as plantações. O Grupo de Trabalho estabelecido para estudar o

assunto apresentou seu relatório final à Diretoria do FSC em outubro de 2006, mas nada parece ter mudado desde a época e o FSC tem continuado certificando plantações de madeira rápida não certificáveis.

Dentro desse contexto, a firma credenciada pelo FSC, a SGS, começou a levar a cabo o processo de certificação de uma companhia, a Veracel Celulose, com um histórico longo e bem documentado de impactos sociais e ambientais negativos na Bahia, Brasil (ver artigo infra). As notícias sobre a possível certificação da Veracel resultaram em fortes reações de numerosas organizações da Bahia e outras partes do Brasil, que têm estado durante anos sofrendo os impactos e fazendo campanhas contra essas e outras plantações "fast wood". Apesar de que nunca foram "consultadas" formalmente pela SGS, conseguiram fazer com que suas vozes fossem ouvidas.

Em apoio a sua oposição, uma série de organizações –entre elas o WRM- exprimiram suas preocupações à Diretoria do FSC em uma carta ([http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/Letter\\_Board.html](http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/Letter_Board.html)) datada em 6 de julho, convidando os membros da Diretoria para visitar a área, junto com as organizações brasileiras. A carta dizia que "durante a visita, vocês poderão reunir-se com as comunidades locais e adquirir conhecimento de primeira mão sobre sua opinião sobre essas plantações, bem como sua percepção da companhia que procura a certificação."

A carta acrescentava que "essa visita lhes providenciará um melhor entendimento sobre por que a certificação de plantações como essas está sendo objetada por tantas organizações no mundo inteiro e por que o FSC perde credibilidade cada vez que plantações como as da Veracel são certificadas pelo FSC".

No entanto, a Diretoria recusou o convite, respondendo que "Achamos que não é nem apropriado nem é a função da diretoria intervir em um processo de consulta pública nem diretamente em uma avaliação de certificação".

([http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/Board\\_letter\\_07.pdf](http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/Board_letter_07.pdf))

A pergunta óbvia é: então qual é a função da Diretoria? O futuro do pouco que resta da credibilidade do FSC está em jogo e a Diretoria acha que não é "apropriado" intervir? É fazer vista grossa para a certificação de plantações "fast wood" a função que a Diretoria escolhe desenvolver? Se esse for o caso, então a proposta apresentada por um dos nossos parceiros brasileiros faria sentido. Ele disse: "nossa campanha não deveria estar focalizada em dizer que a Veracel não merece o FSC; o que devemos dizer agora é que o FSC e a Veracel se merecem entre si!"

O caso das plantações da Veracel é absolutamente claro e bem documentado. De nenhum jeito essas plantações podem ser consideradas "um manejo ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo" e sua certificação violaria claramente o mandato do FSC. Os povos locais –as verdadeiras partes interessadas- estão lá para provar isso a quem quiser perguntar-lhes sua opinião.

Mas também é importante enfatizar que a Veracel é apenas uma gota de água em um mar de milhões de hectares de plantações "fast wood" já certificados sob o FSC pela SGS, a SCS, a Smartwood e outras firmas de certificação que têm ridiculizado do sistema do FSC, através de "processos" de consulta que nunca consultaram às verdadeiras partes interessadas e cujas avaliações nunca levaram em conta o grau total dos impactos sociais e ambientais dessas plantações.

Fica claro que a Veracel não deve receber a certificação do FSC, mas ao mesmo tempo é essencial que o FSC deixe de certificar plantações “fast wood” e que comece a anular a certificação de um grande número de plantações que nunca deveriam ter recebido o selo do FSC. Somente nesse momento o FSC poderá cumprir seu próprio mandato.

[início](#)

---

## VERACEL: UM TESTE PARA O FSC

### - Brasil: a Veracel e a certificação impossível

A empresa Veracel Celulose- propriedade da sueco-finlandesa Stora Enso e da noruego-brasileira Aracruz Celulose- iniciou o processo para obter a certificação FSC de suas plantações de eucalipto no Extremo Sul do Estado da Bahia, e para isso contratou a consultora SGS.

Isso tem gerado uma forte reação de mais de 300 organizações brasileiras e internacionais, que no dia 14 de agosto encaminharam uma carta ao FSC e à SGS, (disponível em [http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta\\_SGS\\_esp.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta_SGS_esp.html)) na qual denunciam a Veracel, contestam o processo e reclamam que não seja outorgada a certificação à empresa.

A Veracel tem um longo prontuário de ações nefastas para a região. Suas plantações de eucaliptos ocuparam parte das terras que historicamente têm pertencido à população indígena do Extremo Sul da Bahia, violando assim seus direitos indígenas territoriais. O desmatamento e o uso indiscriminado de venenos em áreas de nascentes e rios fazem parte das práticas da empresa, o que dificulta que possa ser considerada “ambientalmente correta”.

Entre outros prejuízos denunciados na carta assinala-se o problema com a água, que vem sendo afetada pelas monoculturas florestais da Veracel “tanto em quantidade quanto em qualidade” e a contribuição da empresa para o despovoamento do meio rural.

As organizações que subscrevem a carta enviada no dia 14 de agosto contestam, ainda, o processo de avaliação e reconhecimento realizado pela empresa certificadora SGS. Ao contrário do que se entende como uma verdadeira consulta, a certificadora não contactou devidamente as organizações sociais da região que se ocupam ativamente dos problemas causados pela Veracel. No dia 23 de julho telefonou para a renomada organização CEPEDES para informar que apenas dispunha desse dia e do seguinte para se reunir com as organizações do Fórum Socioambiental do Extremo Sul. A iminência da data impediu a reunião, já que as organizações tinham compromissos prévios. E, como é denunciado na carta, houve várias organizações que nem sequer ficaram sabendo do processo.

As poucas entidades locais do Fórum Socioambiental do Extremo Sul que receberam o formulário para responder, enviaram uma carta à SGS solicitando uma reunião e convidando a certificadora para uma visita de campo acompanhada com entidades sociais que atuam na área há muitos anos, já que os auditores enviados pela certificadora eram oriundos de outra região e não conheciam o Extremo Sul da Bahia. Mas a SGS não atendeu a solicitação.

Também é denunciado o fato de os auditores destinarem apenas cinco dias para realizar a avaliação de campo nos dez municípios que conformam a área de atuação da empresa e que totalizam 1.421.773 km<sup>2</sup>. O que é humanamente impossível!

Tal como afirmam as organizações denunciantes, “Entendemos que uma empresa como a Veracel Celulose, um dos símbolos do modelo de “desenvolvimento” que foi imposto de uma maneira arbitrária, ilegal e violenta, resultando em diversas consequências negativas, causadora de violência, miséria e fome ao povo do Extremo Sul da Bahia, não pode ser considerada ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável”.

A ação conjunta deu certo. No dia 22 de agosto, o Diretor Executivo do FSC, Heiki Liedeker, respondeu à carta enviada pelas organizações sociais, expressando seu agradecimento pela contribuição feita ao processo de certificação, contribuição que qualifica de ‘valiosa’.

Também comunicou que tal informação foi enviada à entidade de certificação credenciada pelo FSC- que avalia se a Veracel cumpre com as normas do FSC- e aos Serviços Internacionais de Credenciamento (ASI, sigla em inglês), que têm a responsabilidade de credenciar e supervisionar as entidades certificadoras- no caso, a SGS.

Finalmente, Liedeker convida as organizações para que continuem enviando informações e apresentando suas preocupações perante as autoridades do FSC.

O processo continua. Quem devia ser ouvido alçou sua voz e se fez escutar, à força de se organizarem e mobilizarem. Os habitantes do Extremo Sul da Bahia continuam em alerta, à espera de o FSC dizer o que deve ser dito sobre as monoculturas industriais de rápido crescimento (ou plantações ‘fast-wood’) da Veracel: que sua certificação é impossível.

Artigo baseado na carta enviada ao FSC e à SGS: “Argumentos que evidenciam que a Veracel não deve ser certificada”, [http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta\\_SGS.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta_SGS.html))

[início](#)

---

### **- Porque a Veracel não pode ser certificada, na visão da sociedade**

A Stora Enso e Aracruz mais uma vez usam do seu poder econômico para enganar e iludir. Além de enganar e iludir o povo brasileiro, agora chegou a vez de enganar e iludir a sociedade do Norte com o objetivo de aumentar o preço de seus produtos, aumentar as vendas e conseqüentemente os lucros! Com essa intenção, a empresa de celulose, Veracel, se candidatou voluntariamente à certificação FSC e buscou como certificador a SGS ICS, com sede em São Paulo. Montou um teatro, onde os atores são da própria empresa e a plateia é composta de parceiros financiados para mostrar que não existem conflitos. A sociedade mais uma vez ficou de fora. A história novamente é contada da forma que convém às empresas e por pessoas sem compromisso e responsabilidade com o meio ambiente, o futuro das próximas gerações e do planeta. Diante disso, a sociedade reage e argumenta:

#### **Porque a Veracel não pode ser certificada:**

Marlene Pataxó – Aldeia Meio da Mata , em um dos discursos na 6ª Assembléia da Frente de Resistência e Luta Pataxó, realizado nos dias 17, 18 e 19 relata chorando as dificuldades vividas por seu povo. “A veracel diz que tem parceria com os índios Pataxó, isto é mais uma mentira, essa empresa invadiu nosso território e plantou eucalipto. Isto tem custado muito caro ao nosso povo que

agora vive encurralado e com medo pois ela tem segurança particular dentro do eucalipto para impedir que os índios exerçam o direito de ir e vir livremente segundo nossa cultura, nossos hábitos. As nossas nascentes e rios estão contaminados pelo veneno jogado na plantação. Sou mãe de 14 filhos, preciso garantir os direitos e sobrevivência deles. Portanto, imploro às autoridades que determine o fim do plantio de eucalipto em nossas terras que se encontra sob o domínio da empresa Veracel Celulose, que continua agredindo o nosso meio ambiente. Uma empresa com esse comportamento e que provoca a morte do meu povo não poderá nunca receber uma certificação”

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST defende que as terras brasileiras sejam destinadas aos trabalhadores brasileiros, e não a empresas como a Veracel que se apropriam dos nossos recursos naturais, exploram nossa força de trabalho e enviam os lucros para fora do Brasil. “Precisamos plantar alimentos para alimentar nosso povo” diz Cabacinha, integrante do MST. Para, ele é uma vergonha que uma região como essa com tanta riqueza natural, com um clima propício à agricultura tenha tanta gente passando fome. “O avanço do eucalipto expulsa os pequenos produtores agrícolas, tanto pela pressão do agronegócio como pelo isolamento em meio ao deserto verde” diz Evanildo Costa integrante da direção Estadual do MST.

Eliezer Lucas Tavares Leite, engenheiro Agrônomo e agricultor afirma que certificar a empresa Veracel significa continuar massacrando o povo e condena-lo à morte. “Já fomos os maiores produtores de frutas do mundo. A quantidade de emprego gerado para a população era de 28.497 anuais. Não podemos de forma alguma comparar ao número irrisório de empregos gerados pela empresa que é apenas de 741. Muitas famílias estão passando fome, a violência crescendo a cada dia. De posse deste selo, a empresa certamente aumentará o plantio de eucalipto, comprometendo ainda mais a nossa sobrevivência”.

Melquíades Spínola, ambientalista e membro do Cepedes, ressalta que estamos diante de um “inferno verde” pois nada sobrevive a esta destruição. “A natureza e as pessoas estão agonizando. Falta emprego, falta comida, falta beleza cênica a qual temos direito. Aqui, na região do extremo sul, depois do plantio de eucalipto, houve uma violenta redução da biodiversidade, extermínio de fauna e da flora, diminuição dos cursos d’água, contaminação do solo e da água pelo uso exagerado de venenos. Diversos rios e córregos secando. Estão plantando eucalipto dentro das cidades, dentro de cemitérios e em áreas de Preservação Permanente, proibidos por Lei, enfim eles não respeitam os vivos nem os mortos. O povo perdeu a terra, perdeu sua cultura e está perdendo sua dignidade”. E acrescenta: “A única coisa perfeita na Veracel é a mente fértil e a capacidade intelectual dos diretores e funcionários da empresa para inventar tanta mentira tanta enganação bem como a competência para esconder a verdade, os crimes cometidos. É um crime contra a humanidade conceder certificação a uma empresa como a Veracel”.

O avanço do eucalipto na região sul da Bahia pela empresa Veracel Celulose, vem trazendo bastante preocupação afirmam os representantes do CIMI, região sul, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Centro de Estudos e Ação social - CEAS, Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, Cédula da Terra - CETA Sul, Juventude Camponesa e índios Tupinambá. Foi constatado que a “praga” já atinge alguns municípios da região sul, prejudicando a sobrevivência dos trabalhadores do campo. “A reforma agrária esta sendo inviabilizada pela falta de terras no extremo sul e está ficando inviável também na região sul da Bahia” relata Jairson, integrante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag/Ba e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

As entidades do sul e extremo sul da Bahia tem se reunido em busca de um desenvolvimento regional protagonizado pela sociedade do campo e da cidade onde as atividades não utilizem tão somente a racionalidade econômica, mas a racionalidade ambiental e humana, compatíveis com a

cultura da população local e a sustentabilidade social e ambiental.

Por tudo isso, a sociedade se posiciona com muita firmeza: plantações de árvores não são FLORESTAS e não devem ser certificadas pelos motivos relacionados acima e também: porque expulsa direta e indiretamente o povo do campo; principalmente os pequenos produtores rurais resultando em falta e aumento dos preços dos alimentos; concentra a terra nas mãos de poucos, deixando à maioria do povo sem oportunidade para sobreviver; aumenta o desemprego no campo; aumenta o número de famílias desempregadas nas periferias das cidades; aumenta a violência e a prostituição; enfim, provoca desequilíbrio social, ambiental e econômico.

Por: Ivonete Gonçalves, Email: [cepedes@cepedes.org.br](mailto:cepedes@cepedes.org.br)

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### - Bangladesh: a floresta fortificada de Modhupur

O livro *Stolen Forests*, escrito por Philip Gain e publicado em 2006, denuncia as conseqüências aterradoras da introdução de plantações- monoculturas de teca, seringueira, eucalipto e acácia- nas florestas nativas de Bangladesh.

A exceção dos Sunderbans, as plantações de monoculturas ultimamente têm se espalhado de forma rápida por todas as áreas florestais de Bangladesh. Isso tem acontecido no cenário da rápida expansão das 'plantações de árvores para florestamento' no mundo todo. Os projetos de plantações são implementados pelos governos mas são financiados, na maioria das vezes, por instituições financeiras internacionais (IFIs)- o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, sigla em inglês) e o Banco Mundial.

A promoção da economia de plantações é um dos principais fatores que subjazem à destruição das florestas e à miséria das comunidades étnicas que habitam as florestas. Existem estatísticas inquietantes- a cifra oficial de 18 por cento de área florestal pública tem diminuído a aproximadamente seis por cento abrangendo os manguezais e a plantação de mais de 400.000 hectares.

As áreas florestais 'degradadas', 'ermas' e 'de baixa produtividade' geralmente são alvo para as plantações. Contudo, o que freqüentemente é catalogado como 'de baixa produtividade' ou 'degradado' é, na realidade, floresta nativa com enorme valor social, cultural, tradicional, educacional, medicinal e ambiental.

Na floresta de *sal* (*Shorea robusta*) de Modhupur, as espécies não nativas têm invadido as terras florestais sob a aparência de 'florestamento social', o que de fato implica plantações. Atualmente, a tradicional floresta de *sal* de Modhupur tem desaparecido na sua maioria e o Departamento Florestal (DF) quer proteger os últimos fragmentos! Inspirado em uma pesquisa financiada pelo Banco Mundial sob o Projeto de Manejo dos Recursos Florestais (FRSP, sigla em inglês), quer erguer muros de 20 km ao redor de 1400 ha no Parque Nacional que está marcado como área central.

Mas as realidades não favoreceram o DF. A comunidade Garo da chamada área central se mantém

firme contra os muros. Na manifestação do dia 3 de janeiro de 2004, os guardas do DF e a polícia dispararam a fim de deter os manifestantes. Piren Snal, indígena Garo, foi morto. Utpal Nokrek, outro jovem Garo do povoado de Beduria, foi ferido gravemente e ficou paraplégico para toda a vida. Muitos outros foram feridos com o tiroteio. A construção dos muros foi suspensa diante das fortes críticas e resistência. A partir de então, a problemática dos muros em Modhupur foi conhecida em nível nacional e mundial. Dos quase 6 km de muros construídos, aproximadamente a metade foi derrubada.

Não se trata só dos muros demolidos em decorrência do tiroteio sobre os manifestantes Garos. Houve uma destruição drástica das árvores que sobreviveram. Gangues organizadas de contrabandistas de madeira tiraram proveito do problema e cortaram tudo o que pudessem levar embora. Os cultivadores de banana também deixaram centenas de hectares recém- cortados. Os funcionários do DF colocaram a culpa no movimento contra os muros por essa situação. Os Garos reclamam que o DF fez a vista grossa na situação a fim de incriminá-los.

Em janeiro, o Departamento Florestal tentou mais uma vez levantar os muros do eco- parque que tinha tido que adiar. Os muros abrangem aproximadamente 1.200 dos 25.500 ha da floresta de Modhupur. O que aconteceu, e o que acontecerá, com a importante porção fora dos muros? Quem viajar a qualquer canto da floresta de Modhupur verá enormes parcelas de banana, mamão e abacaxi. Essas plantações substituíram as terras florestais, e têm provocado a total destruição da reserva genética das florestas. Os Garos- que têm sido obrigados a arrendar a maior parte de suas terras altas para cultivar banana- concordaram que é um problema sério para o ambiente, a economia e a sociedade.

O esgotamento da floresta de *sa/de* Modhupur tem afetado severamente a vida dos Garos e de outros povos que dependem da floresta. A maioria dos aproximadamente 20.000 Garos e Koch em Modhupur estão concentrados em dois grupos – Aronkhola e Sholakuri (distribuídos em uns 40 povoados). Antigamente, eles tinham pleno acesso à floresta e a seus recursos. Mas ações tais como uma proibição no cultivo de roça e queima na década de 50, o estabelecimento de parques nacionais, a promoção da economia de plantações, a agressão das plantações de bananeira em grande escala, a construção de caminhos, e as invasões têm reduzido a floresta a um tamanho desprezível e têm desestabilizado o modo de vida tradicional dos Garos e dos Koch.

É evidente que o processo de destruição da floresta de *sa/de* Modhupur está fora de controle. Muitos acreditam que a destruição total da floresta de *sa/de* Modhupur é apenas uma questão de tempo.

Extraído e adaptado de: Comentários do livro escrito por Philip Gain "Stolen Forests", <http://www.sehd.org/pubnew12.html>; e "Modhupur walls to protect wilderness or marauders!", por Philip Gain, Earth Touch, Nº 10, abril de 2007, uma publicação da SEHD (Society for Environment and Human Development), <http://www.sehd.org/reports-features/modhupur-wall-2007.doc>

[início](#)

---

### - Brasil: a luta dos Pataxó por seu território continua

A VI Assembléia da Frente de Resistência e Luta Pataxó se reuniu no Monte Pascoal em 19 de agosto passado para avaliar os problemas que enfrentam em decorrência da insuficiência de terras,

o que atenta contra sua sustentabilidade e sua cultura.

A história dos Pataxó e seu desarraigamento data de 1861, quando junto com outras comunidades indígenas foram expulsos de suas terras pelo governo da Província da Bahia para reuni-los em um povoado só.

Depois disso, os Pataxó conseguiram ocupar uma área de mata atlântica que se estendia entre a base do Monte Pascoal, o litoral, o rio Cariaba e o rio Corumbau e que hoje é conhecida como Barra Velha, onde se refugiaram e conseguiram manter-se em relativo isolamento.

Mas em 1961 o governo federal transformou 22.500 hectares de terras ocupados tradicionalmente pelos Pataxó em unidades de conservação, o que passou a ser o Parque Nacional do Monte Pascoal. Os Pataxó foram despejados violentamente e de um dia para o outro acharam que não podiam circular por sua própria terra.

No Boletim Especial sobre os Pataxó que publicamos no ano de 2000 dizíamos: "O remanescente da outrora vasta Mata Atlântica continuou sendo sistematicamente destruído por diferentes atores não indígenas, enquanto lhes era negado aos Pataxó o direito a suas próprias terras destinadas –pela força- à preservação. Uma situação injusta que não podia durar". E assim aconteceu. Em 19 de agosto de 1999 numerosos indígenas Pataxó dirigiram-se ao pé da montanha, desde onde declararam que o 'Monte Pascoal é dos Pataxó' e retomaram seu território para, como exprimiram na época "transformar o que as autoridades chamam de parque Nacional do Monte Pascoal em parque indígena, terra dos Pataxó, para preservá-lo e recuperá-lo". Em outubro desse ano, um representante do WRM visitou o parque e ofereceu seu apoio aos Pataxó. Desde a época, os Pataxó têm estado lutando para que o governo reconheça seus direitos.

Em outras áreas da Bahia, outras comunidades indígenas Pataxó se enfrentaram à expulsão e lutam pela recuperação de suas terras, como é o caso de famílias Pataxó no município de Prado e os Pataxó-Hã-Hã-Hãe da região sul do Estado da Bahia, cujos territórios ancestrais abrangem 53.000 hectares, outrora densas florestas de "mata atlântica" e que atualmente estão ocupados ilegalmente por criadores de gado e transformados em terras de pastagem e plantações de cacau.

Assediados pelas tensões permanentes pela falta de terras, por propostas de projetos de "desenvolvimento sustentável" que somente geram tensões e conflitos internos, os Pataxó se reuniram e emitiram a seguinte declaração:

## **VI ASSEMBLEIA DA FRENTE DE RESISTENCIA E LUTA PATAXÓ**

### **Território do Monte Pascoal e o direito histórico do povo Pataxó**

Nós da Frente de Resistência e Luta Pataxó, reunidos nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 2007, realizamos nossa VI Assembléia no Monte Pascoal, coração do nosso território, representados pelas aldeias: Corumbauzinho, Tauá, Craveiro, Pequi, Tibá, Alegria Nova, Aldeia Nova do Monte Pascoal, Meio da Mata, Boca da Mata, Cassiana; com a presença dos aliados Anaí, Cimi, Cese, Cepedes, Sindicato dos Bancários, CUT-Bahia, Fetag e da organização indígena Aпойme, e das comunidades Coroa Vermelha, Tupinambá da Serra do Padeiro e Pataxó Hã Hã Hãe, avaliamos a situação do nosso território e as dificuldades enfrentadas em consequência da insuficiência de terra para garantir a sustentabilidade, a valorização e o fortalecimento de nossa cultura vimos afirmar e reivindicar as seguintes questões:

1 - Demarcação imediata do nosso território como área contínua respeitando os nossos direitos históricos. Por isso decidimos iniciar uma campanha internacional pela demarcação de nosso território. Não aceitamos nenhum tipo de negociação que tenha como objetivo a redução da nossa terra e repudiamos as perseguições e criminalização de nossas lideranças que estão lutando pelo nosso legítimo direito;

2 - Uma política específica que garanta a sustentabilidade de nossas comunidades, bem como a segurança alimentar de nosso povo;

3 - Garantia de uma política de saúde que respeite a diversidade e especificidade de nosso povo conforme determina a constituição federal, promovendo uma assistência médico-hospitalar eficaz e ágil, mas também que valorize e respeite as práticas curativas tradicionais;

4 - Uma política de educação específica que respeite a nossa realidade sócio-cultural, garantindo uma infra-estrutura com construções de escolas e equipamentos, materiais didáticos adequados, a formação de nossos professores com a participação das comunidades na definição de uma educação diferenciada, comunitária e de qualidade;

5 - Implantação imediata de uma política de moradia e saneamento básico como um direito humano;

6 - Exigimos a erradicação do monocultivo do eucalipto e de qualquer outro monocultivo em nossas terras e reafirmamos o nosso compromisso em defesa do meio ambiente e auto-gestão do nosso território.

Considerando a dura realidade que vivemos ao longo dos anos, combatendo políticas de negação de identidade e de direitos de nosso território, a discriminação e exclusão social, afirmamos que continuaremos resistindo a todas as formas de injustiças que afeta o nosso povo, setores explorados e excluídos da nossa sociedade, como quilombolas, sem terra, pequenos agricultores, pescadores e outros. Exigimos atenção as nossas reivindicações como forma de respeito aos nossos direitos constitucionalmente garantidos.

Pela justiça e demarcação do nosso território único do Monte Pascoal: Avançaremos!

Monte Pascoal, 19 de agosto de 2007.

[início](#)

---

### **- Costa Rica: o turismo depredador que leva tudo embora**

O turismo na Costa Rica chegou para ficar, e com ele foram intensificados o saqueio e a depredação dos pródigos ecossistemas do país (vide Boletim Nº84 do WRM). Assim o denuncia o costarriquenho Juan Figuerola, da Federação Costarriquenha para a Conservação do Ambiente (FECON), no comunicado de imprensa "O diabo ambiental: amo e senhor da Costa Rica" ([http://www.wrm.org.uy/paises/CostaRica/Diablo\\_Ambiental.html](http://www.wrm.org.uy/paises/CostaRica/Diablo_Ambiental.html)).

Entre os exemplos denunciados como reflexo da crítica situação ambiental, Figuerola menciona que "Os recentes apagões que açotaram o país são a desculpa perfeita para justificar a construção de mais barragens e projetos geotérmicos nas áreas silvestres protegidas, ou seja: a destruição dos

Parques Nacionais e os sítios Ramsar que tanto renome internacional deram à Costa Rica”.

De outro lado, as restrições não são iguais para toda a população: “Dizem que apaguemos a luz e que gota a gota economizamos a água... Mas não dizem aos empresários turísticos e aos hotéis cinco estrelas de Guanacaste- a região mais seca do país- que não reguem os campos de golfe no verão e que não renovem a água das piscinas toda semana. Quanta água é consumida na temporada seca em Guanacaste só nos projetos de construção de condomínios, hotéis, residenciais de luxo? As comunidades já denunciaram que as construtoras estão dessecando o emblemático rio Tempisque”.

Os melhores lugares passam a mãos privadas... e estrangeiras; é o caso do americano Paul Lambert, “proprietário de vários projetos milionários em Quepos e Manuel Antonio que incluem a venda na Internet do patrimônio natural do estado, construções monumentais em terras de altas pendentes, desmatamento para melhorar a vista panorâmica, construções no meio de florestas”. Sabe-se também que “no Refúgio de Vida Silvestre Golfito, no Cerro Adams, um indivíduo conhecido como Carrión, embriagado pelos delírios de um questionado projeto de Marina, está construindo mirantes e cortando árvores para ganhar melhores vistas, em terrenos de fortes pendentes, ameaçando com provocar um desastre que poderia matar dezenas de pessoas se viessem a ocorrer desmoronamentos devidos ao desmatamento, que cairiam sobre o povoado de Golfito”.

As florestas são um dos ecossistemas arrasados pelo megaturismo: “Na Libéria, no projeto Pólo Turístico Papagaio, tombado de interesse nacional, a floresta seca litorânea foi desmatada para construir hotéis, piscinas e campos de golfe”. “Em Tamarindo, na zona de amortecimento do Parque Baulas, a empresa *Tamarindo Preserve* visa desenvolver um projeto residencial ecológico de centenas de hectares”. “Agora há edificações em áreas que em janeiro deste ano ainda eram manguezais, no esteiro de San Francisco”. “Em Nicoya, na praia Sámara, os últimos relictos de zonas úmidas que abrigam aves migratórias e uma rica e diversa fauna silvestre, vêm sendo aterrados, drenados e desmatados para abrir caminho ao desenvolvimento turístico e residencial”. “Ao longo da Fila Costeña, entre Dominical e Palmar, os projetos turísticos e residenciais são a principal causa do desmatamento que está acabando com a biodiversidade, os solos florestais e os recifes de coral. Foi construída na região uma das melhores rodovias do país, justamente com a finalidade de atrair o investimento estrangeiro”.

Em março de 1993, na Feira de Turismo de Berlim, o então Ministro do Turismo tinha sido “galardoado” com o *Prêmio Diabo Ambiental*. Tantos anos depois dessa advertência, o suposto “desenvolvimento” acarreta perdas impossíveis de avaliar.

Artigo baseado em: “El diablo ambiental: amo y señor de Costa Rica”, Federação Costarricense para a Conservação do Ambiente, FECON, enviado por Juan Figuerola: [guijongo@gmail.com](mailto:guijongo@gmail.com)

[início](#)

---

### - República Democrática do Congo: seguindo a pista do fio mortífero do coltan

Em abril de 2003, no Boletim Nº 69 do WRM, escrevemos um artigo sobre a República Democrática do Congo focalizado na exploração do colúmbio- tântalo (coltan, para abreviar) largamente usado em telefones celulares, computadores portáteis e vídeo games e na maneira em que a extração desse minério tem devastado florestas como a Ituri, mudando definitivamente os locais que serviam para o

sustento dos Mbuti e que eram o hábitat de vários animais como gorilas, ocapis- da família da girafa-, elefantes e macacos. Foi o triste quadro que o coltan deixou nas florestas congolezas, um cenário para as guerras e a depredação.

Agora, queremos seguir a pista do fio desse mineral em seu processamento para observar se sua destruição vale a pena. Para isso, viajaremos com Mvemba Phezo Dizolele, um jornalista independente e escritor, ao longo do excelente relatório que escreveu sobre sua visita ao Congo no verão de 2006 como bolsista para Relatórios de Crises do Centro Pulitzer. Ele foi lá e constatou o que o coltan deixa para o povo.

Mvemba visitou a cidade de Bukavu, "já conhecida como a pérola do Congo, devido a seu clima privilegiado e suas montanhas" e hoje em dia, um centro de coltan. Ele afirma que "a Bukavu que encontrei no verão passado apenas se parece com a renomada cidade da que ouvi falar quando criança."

Seguindo a trilha do coltan, Mvemba foi ao bairro Ibanda da cidade, "aos pátios traseiros de um sobrado que alguém tinha transformado em escritórios. Olive Depot é uma das maiores empresas de coltan na cidade, mas para minha surpresa, não é impressionante. Ao considerar a publicidade que o coltan tem recebido recentemente na mídia ocidental, esperava encontrar um grande centro de processamento, um edifício imponente com maquinário complexo e engenheiros gritando ordens a seus capatazes. Ao contrário, encontrei os sistemas de processamento mais rudimentares, duas dezenas de homens trabalhando manualmente e brincando com a sujeira feito crianças. Ninguém impartia ordens. Eles trabalhavam em silêncio, que apenas era interrompido pelo som dos próprios movimentos. Os homens olharam rapidamente para nós e voltaram ao serviço. Estavam cobertos de pó, de coltan. Dois deles esquadriharam um grande recipiente e assopraram o pó que caiu em seus rostos. Foi medonho. A maioria deles não usava máscara. Também não vestiam uniforme. Também não usavam sapatos, talvez por opção. Não perguntei nada. Eles trabalhavam em silêncio." "O processo implica que os trabalhadores devem separar toda impureza do próprio produto. Escondido nessa sujeira está o coltan ou produtos semelhantes, cassiterita e wolframite e eles deverão encontrá-lo. O produto final parece pedregulho triturado."

Mvemba diz que a maioria dos trabalhadores não têm contratos: "Cada manhã um grupo de operários forma uma fila nos portões e solicita uma vaga. Alguns são escolhidos e os outros são enviados para casa. Eles ganham menos de US\$1 ao dia." Enquanto isso, "no mercado internacional, o coltan custa entre US\$18 e US\$40 por quilo."

E depois está o trabalho nas minas. "Em Mushangi, uma trilha perigosa leva às minas onde encontramos apenas um punhado de adultos. As minas são exploradas por crianças de todas as idades, que trabalham em condições precárias. De sol a sol, eles trabalham duro em minas a céu aberto com as ferramentas mais primitivas e sem proteção contra a queda de rochas e desmoronamentos. Eles engatinham por túneis escuros sem qualquer apoio estrutural.

"Em minha viagem pelo Congo, tenho visto muito sofrimento. Ver as crianças engatinhando através das minas e túneis testou minha firmeza. Bashizi de dez anos disse para mim, "Faço este duro trabalho porque meu pai é velho demais para me sustentar". Ele tem feito isso durante vários meses. "É a única coisa que se pode fazer por aqui", ele diz.

"As crianças se apinhavam ao nosso redor, chamando nossa atenção e pedindo para serem fotografadas. Tirei várias fotos enquanto falava com eles e ouvia suas histórias. Através do meu objetivo, vi infâncias perdidas e sonhos esmagados."

“Perguntamos a Baruti de 16 anos e a seus amigos se entendiam para onde seu coltan ia quando saía de Mushangi. ‘Vai para Bukavu’, eles disseram. ‘Vocês sabem que o coltan é muito valorizado na América e na Europa? É necessário para os computadores, telefones celulares e vídeo games,’ continuei. ‘Não’, respondeu Baruti. O mundo deles gira ao redor das minas onde eles passam os sete dias da semana e ganham menos de 20 centavos ao dia.

“Uma última pergunta antes de deixarmos Bukavu. São três da tarde, e aqui já é tarde para estar fora. ‘Você entende que a exploração do coltan atiza o conflito no Congo?’, indaguei. Baruti olhou nos meus olhos e respondeu, ‘Se nós soubéssemos, já não teríamos mais trabalho aqui.’”

Artigo baseado no relatório “In Search of Congo’s Coltan” por Mvemba Phezo Dizolele, publicado em Pambazuka News 316, e-mail: [pambazuka-news@pambazuka.gn.apc.org](mailto:pambazuka-news@pambazuka.gn.apc.org), <http://www.pambazuka.org/>

[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### - Austrália: polpação da democracia

Nesta semana, o Parlamento tasmaniano vai debater sobre a fábrica de celulose proposta pela Gunns em Bell Bay na Tasmânia. Se for construída, o projeto de USD 1,4 bilhões precisaria quatro milhões de toneladas de troncos ao ano. Dobraria a taxa atual da Gunns de corte rente nas florestas nativas da Tasmânia. A fábrica de celulose produziria grandes volumes de toxinas, poluindo o ar e o Estreito de Bass da Tasmânia.

No dia anterior ao começo das discussões pelo Parlamento tasmaniano, o Ministro Federal de Meio Ambiente da Austrália, Malcolm Turnbull, anunciou um "rascunho de decisão" para aprovar a fábrica de celulose.

O processo de aprovação tem virado uma fraude que envolve muitos milhões de dólares. Em julho de 2006, a Gunns apresentou um Rascunho de Relatório do Impacto Integrado sobre a fábrica de celulose proposta ao *Resource Planning and Development Committee* – Comitê de Planejamento e Desenvolvimento dos Recursos- (RPDC), um órgão legal independente. Enquanto isso, o Governo tasmaniano gastou milhões de dólares dos contribuintes em uma "Força-Tarefa da Fábrica de Celulose" para promover a fábrica de celulose.

Em janeiro de 2007, dois membros do RPDC renunciaram, queixando-se da interferência política no processo de avaliação. Quando a Gunns ameaçou com não construir a fábrica se a aprovação não era outorgada dentro de seis meses, o Primeiro Ministro tasmaniano, Paul Lennon, se reuniu com o presidente da Gunns John Gay e lhe disse que estaria "trabalhando no processo para fazer o melhor para assegurar-se de que a fábrica de celulose se construa". Em março de 2007, a Gunns retirou sua solicitação ao RPDC e pediu ao Primeiro Ministro Lennon que alterasse a lei sobre a avaliação da fábrica de celulose proposta. No dia seguinte, o governo anunciou que aceleraria o processo de avaliação. Depois de reuniões com os advogados da Gunns, o governo produziu nova legislação, que foi devidamente aprovada pelo Parlamento como a Lei de Avaliação de Fábricas de Celulose de 2007. De acordo com a Lei, a decisão sobre a fábrica de celulose deve ser tomada antes do final de

agosto de 2007. Em vez de fazer um processo de avaliação independente do RPDC, o Governo tasmaniano nomeou dois consultores para recomendar se a fábrica de celulose da Gunns deveria prosseguir.

A eleição pelo governo dos consultores é reveladora: a ITS Global e a SWECO PIC. A ITS Global foi estabelecida por Alan Oxley, um acadêmico australiano, lobista do livre comércio e céptico da mudança climática. Entre os clientes da ITS Global está a companhia madeireira malaia Rimbunan Hijau, cujas destruidoras operações madeireiras e abusos aos direitos humanos na Papua Nova Guiné tem feito com que seja uma das companhias mais controversas no mundo. Em julho de 2006, a ITS Global emitiu uma série de relatórios louvando a Rimbunan Hijau. Não surpreende que a ITS Global tinha decidido que o "benefício líquido para a Tasmânia em geral" da fábrica de celulose proposta pela Gunns é "positivo e alto".

A SWECO PIC é uma firma de consultoria e engenharia finlandesa. Em seu relatório ao governo tasmaniano, a companhia aponta que desde sua criação em 1971, "a SWECO PIC se tem especializado em servir à indústria da celulose e do papel". Esse é justamente o problema. A SWECO PIC não é independente da indústria da celulose.

A SWECO PIC foi contratada para avaliar se o projeto proposto cumpria com as diretrizes de emissão da Tasmânia para novas fábricas de celulose. A SWECO PIC achou que a fábrica proposta violava oito das diretrizes, mas recomendou que "o projeto pode prosseguir para sua consideração posterior pelo Parlamento tasmaniano".

Eu fiz algumas perguntas para Rune Franzén, Diretor de Celulose e Papel da SWECO PIC e líder da equipe para a avaliação da Gunns, sobre o envolvimento de sua companhia na promoção deste projeto. Perguntei se sua companhia tinha ganhado o contrato depois de um processo de licitação internacional. Perguntei para Franzén se sua equipe tinha tido qualquer reunião com representantes das comunidades locais, organizações ambientais ou quaisquer membros do RPDC. Perguntei qual a resposta da SWECO PIC aos cálculos do Professor Andrew Wadsley que indicam que a Gunns subestimou a emissão de dioxinas da fábrica de celulose proposta por um fator de 1.400. (o relatório da SWECO PIC não trata do assunto). Perguntei de que forma a SWECO PIC lida com as acusações de conflito de interesses, já que vários antigos clientes (e potenciais futuros clientes) da SWECO PIC estão trabalhando no projeto da Gunns, incluindo a Andritz e a Pöyry.

Franzén recusou-se a responder minhas perguntas. A SWECO foi contratada apenas para avaliar a fábrica de celulose proposta, respondeu ele. "A SWECO não está envolvida em quaisquer assuntos de discussão ou debate públicos." Franzén encaminhou minhas perguntas para Rebekah Burton do Departamento do Primeiro Ministro e Gabinete na Tasmânia.

Escrevi para Burton e além das perguntas que tinha feito para a SWECO PIC, pedi uma cópia dos termos de referência da SWECO PIC e perguntei quanto tinha pagado o Governo tasmaniano pela avaliação da SWECO PIC. Em resposta, recebi uma carta assinada por Daniel Leesong, Chefe do Estado Maior no Escritório do Primeiro Ministro. Leesong também se recusou a responder minhas perguntas.

"Em Abril deste ano o Parlamento aprovou a Lei de Avaliação de Fábricas de Celulose de 2007, para estabelecer um processo de avaliação rigoroso e aprofundado para a proposta da fábrica de celulose" escreveu Leesong, aparentemente inconsciente do fato de que a única razão pela que o Governo redigiu a Lei de Avaliação de Fábricas de Celulose de 2007 foi porque a Gunns lhe pediu que o fizesse.

O Governo tasmaniano tem anexado 1.100 páginas de condições de licenças e operacionais à moção para aprovação final da fábrica de celulose que o Parlamento está discutindo agora. Permitiu-se à Gunns que visse as condições de licenças e operacionais e que sugerisse alterações. Em 28 de agosto de 2007, os parlamentares da Tasmânia votarão a aprovação ou não aprovação da fábrica de celulose proposta. Ao contrário da Gunns, não terão a oportunidade de alterar nem a moção nem as licenças e condições anexas.

Em junho de 2007, Matthew Denholm do jornal tasmaniano The Mercury revelou que a Gunns já tinha assinado um contrato com a firma de construção John Holland para começar a construir a fábrica de celulose "na primeira semana de setembro". Uma demora além desse prazo custará à Gunns quase USD 1 milhão de dólares ao dia. Ou a Gunns já sabe qual será a decisão do Parlamento, ou é estúpida. Não surpreende que o tasmanianos chamem o Governo de "Gunnerment".

Por Chris Lang, email: [chrislang@t-online.de](mailto:chrislang@t-online.de), <http://chrislang.org>

[início](#)

---

### - Colômbia: comunidades eliminam plantações de dendezeiro para reaverem seu território

Convidados pela organização Justiça e Paz, nós e um grupo de observadores tivemos a oportunidade de visitar uma área da Colômbia (Curvaradó) onde, as comunidades locais que, há uns dez anos, sofreram um violento processo de expulsão, agora estão voltando a seus territórios.

Cabe esclarecer que dizer que "sofreram um violento processo de expulsão" não reflete todo o horror das ações realizadas por grupos de assassinos paramilitares com o apoio das Forças Armadas colombianas. Através de assassinatos, torturas, sumiços, destruição e queima de moradias, bombardeios; a repressão atingiu seu objetivo: a expulsão de todas as comunidades (em particular as afro-colombianas e mestiças) da região.

Dez anos depois, em uma demonstração de coragem- no meio de ameaças permanentes- as pessoas lentamente começam a voltar a seus lares destruídos e encontram que suas terras e florestas- nas que têm habitado por mais de 120 anos- agora estão ocupadas por milhares de hectares de monoculturas de dendezeiro e que seus "proprietários" são os mesmos paramilitares responsáveis pelos massacres que as obrigaram a migrar. "Quando voltamos, tudo estava semeado com dendezeiro", comenta indignado um morador.

A indignação consegue superar o medo e os legítimos proprietários se lançam para reaver seu território ocupado por dendezeiros fazendo a única coisa possível: eliminá-los. "É preciso tomar o dendezeiro, que é o que está nos incomodando", diz um retornado. Em alguns casos os cortam com moto-serras, em outros os arrancam de raiz e da maioria são cortadas as folhas e o broto final (os "desmocham"). O trabalho é esgotador, já que os dendezeiros têm troncos muito grossos e suas folhas escondem perigosos espinhos que provocam inchações e infecções. Acrescenta-se a isso o perigo das cobras venenosas e as vespas que atacam a qualquer momento. São necessárias umas 20 pessoas para eliminar apenas dois hectares de dendezeiro ao dia. Até o momento da nossa visita se estimava que tinham sido recuperados uns 40 hectares, que já estavam sendo semeados com culturas alimentares.

Em Curvaradó o dendezeiro não é interpretado como vida nem como possibilidade de vida. “De que vida falam, ao falarem de biocombustíveis derivados do dendezeiro. Aqui o dendezeiro é desolação verde, é destruição humana, é morte de toda vida”. Nessa região, a maioria dos 50 mil hectares do Território Coletivo era floresta virgem, com mais de 25 lamaçais. Os moradores dizem: “exploraram as madeiras que tínhamos, os lamaçais foram canalizados e dessecados, os animais não têm alimentos, as aves foram embora por falta de fruta”.

Quando perguntados por seus planos futuros, respondem que pretendem produzir alimentos “semeando o que semeavam antes”. Também querem “recuperar as florestas e começar a plantar algumas árvores”, bem como “que os rios recuperem a água e que volte o peixe”. Querem organizar “áreas de biodiversidade para recuperar as espécies que se perderam, os peixes e a caça”, visando “atrair essas espécies”.

Percorrendo a região, chegamos ao povoado de Andalucia. O povoado já não existe. Tudo foi destruído pelos paramilitares. O fundador do povoado nos levou até o que já foi sua casa, apenas ficou o chão de cimento. Também visitamos o cemitério, apenas existe a metade dele porque os “para-palmicultores” cometeram o ultraje de fazer uma valeta de drenagem no meio do cemitério e semearam dendezeiro na outra metade.

A vida não é fácil para quem volta, já que os chamados “desmobilizados” (paramilitares que supostamente abandonaram as armas) fazem sentir suas ameaças. Eles tiram fotos e fazem vídeos de todos, percorrem a área de motocicletas e fazem sentir sua presença. Um deles, apelidado “El Chupa”, diz em tom ameaçador: “esse corte de dendezeiro, vocês vão pagar por outro lado e vai custar muito caro; assim como cortam por pedaços, isso vai acontecer com vocês”. Ao mesmo tempo que circulam boatos de as “Águilas Negras” (um grupo paramilitar) estarem indo para a região, é possível ver conhecidos paramilitares que se deslocam de um lado a outro pelas áreas de corte.

Os “para-palmicultores” pretendem gerar conflitos entre as pessoas. Por um lado, instigam os trabalhadores contratados para realizar tarefas nas plantações contra os retornados- sendo que muitos dos trabalhadores têm um passado paramilitar- dizendo-lhes que estão tirando o trabalho deles. Assim, desde os caminhões- nos quais uns 60 trabalhadores são transportados pela empresa feito gado - surgem insultos ou zombarias contra quem está cortando os dendezeiros; “mochem o dendezeiro, semeiem coca, que nós viremos recolher”, gritam do caminhão.

Por outro lado, estão trazendo pessoal de outras regiões- tanto ex-paramilitares quanto camponeses- para que ocupem as terras que pertencem às comunidades que voltam, sob a absurda etiqueta de “famílias guarda- florestas” (a única “floresta” que querem proteger são as plantações de dendezeiro). A velha tática da divisão.

Os militares também têm seu papel e no posto militar sobre uma ponte, fazem muitas perguntas às pessoas, inclusive “Quem está pagando para eles cortarem o dendezeiro? Devido à participação direta deles na repressão das comunidades, sua presença gera temor nos retornados.

Nós, os “gringos” (ou seja todos os não colombianos que apoiamos essas comunidades) também não estamos livres de ameaças e é assim que como em um passe de mágica aparecem cartazes que dizem “fora gringos” e “morte aos gringos”.

Mas apesar disso tudo, as comunidades continuam em frente na recuperação de seu território. Ao sairmos, um deles disse para nós: “Peço que façam com que o mundo conheça a verdade”. Esse é o

objetivo deste artigo, que ao mesmo tempo pretende ser uma homenagem ao heroísmo dessas pessoas e uma condena ao governo colombiano, responsável pela situação. Em pocos lugares do mundo, o dendezeiro está tão maculado de sangue como em Curvaradó e o único jeito de começar a reparar as injustiças cometidas é que o governo reconheça legalmente os direitos dessas comunidades a essas terras. Enquanto não fizer isso, merecerá continuar sendo condenado.

Por Ricardo Carrere, com base em observações e entrevistas realizadas durante a visita a Curvaradó entre os dias 9 e 11 de agosto de 2007.

Maiores informações (com fotos) em: [http://www.wrm.org.uy/paises/Colombia/Siega\\_Siembra.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/Colombia/Siega_Siembra.pdf)

[início](#)

---

### - Suécia: pesquisa de árvores GM expõe as florestas a prejuízos irreversíveis

O Professor Ove Nilsson é a estrela da pesquisa de árvores geneticamente modificadas na Suécia. Nilsson e sua equipe de pesquisa no Umeå Plant Science Centre ganharam a corrida para identificar o gene que controla a florescência, permitindo-lhes produzir árvores geneticamente modificadas que florescem em semanas em vez de em anos. Em 2005, a revista Science a declarou como uma das mais importantes descobertas do ano.

"Achar o botão de ligação para florescência das árvores significa que entendemos os processos moleculares subjacentes. Significa que podemos pressionar o botão de ligação em vez de esperar o curso natural das coisas. Assim podemos fazer com que as árvores floresçam quando nós queremos" explica Nilsson em uma entrevista com Eva Krutmeijer no site Linnaeus300.

O cultivo seletivo das árvores leva muitas gerações, especialmente com árvores de clima frio como o abeto e o choupo, que florescem depois de 10 a 15 anos. Uma das razões pelas que o eucalipto é tão popular como uma espécie de árvore de plantações é que floresce em dois ou três anos, permitindo o cultivo rápido para obter características como por exemplo rápido crescimento e caules retos.

As árvores de rápida florescência de Nilsson lhe permitem trabalhar na produção de árvores de mais rápido crescimento e árvores para climas frios. Nilsson alega que as árvores de crescimento mais rápido e árvores que crescem em climas mais frios são necessárias para satisfazer a demanda crescente. Nilsson nem sequer considera a possibilidade de reduzir o consumo. "A única forma na que vamos satisfazer a crescente demanda é aumentar a produtividade florestal" disse para o Sydney Morning Herald em julho de 2007.

Nilsson não está realmente falando sobre o crescimento da "produtividade florestal". Está falando sobre o aumento da produtividade das plantações de árvores industriais. As plantações de eucaliptos de rápido crescimento que Nilsson admira têm secado córregos e reduzido napas freáticas, deixando as comunidades locais sem abastecimento de água em muitos países no Sul. As árvores de crescimento mais rápido em climas frios também precisariam mais água. As monoculturas de árvores de crescimento mais rápido já têm substituído muitas florestas nativas e outros ecossistemas na Europa e na América do Norte. As crescentes árvores GM para biocombustível, outra área de interesse para Nilsson, requereriam vastas áreas de terras –terra que geralmente já está sendo usada para a produção de alimentos, por exemplo.

Em reconhecimento por sua pesquisa, Nilsson receberá o Prêmio Marcus Wallenberg em outono deste ano. O prêmio indica quem vai beneficiar-se com a pesquisa de Nilsson –a indústria da celulose e do papel e a indústria dos biocombustíveis. O Prêmio Marcus Wallenberg foi estabelecido em 1980 pela Stora Kopparbergs Bergslags, atualmente a gigante da pasta e do papel Stora Enso. O nome do prêmio homenageia Marcus Wallenberg, um banqueiro, industrial e presidente da Diretoria da Stora. Enquanto o Prêmio Marcus Wallenberg exige a focalização na "Sustentabilidade dos recursos naturais" também "reconhece melhorias de eficiência, melhorias de custo, abertura de novos mercados e a pesquisa subjacente".

Nilsson não está preocupado pelos riscos das árvores geneticamente modificadas. Alega que suas árvores GM de rápida florescência somente serão plantadas em estufas herméticas. Uma vez que tem produzido árvores de alto rendimento, o gene da florescência pode ser erradicado e as árvores a serem plantadas não conterão quaisquer genes alheios.

Mas as atividades de Nilsson não se limitam à pesquisa de laboratório. Ele é membro da diretoria da SweTree Technologies, uma companhia de biotecnologia sueca. A companhia visa especificamente a fornecer produtos e tecnologias "para melhorar as propriedades de produtividade e desempenho das mudas, madeira e fibra" para a indústria da celulose e do papel. Também na diretoria da SweTree Technologies está Björn Hägglund, antigo Vice-Diretor Geral da Stora Enso e membro da diretoria da Fundação Marcus Wallenberg. Hägglund é o presidente da diretoria de WWF Suécia, o que poderia explicar por que não ouvimos muitas críticas às árvores GM de WWF Suécia.

A SweTree Technologies foi constituída em 1999 como uma iniciativa conjunta da Foundation of Technology Transfer (Innovationsbron) em Umeå e a companhia Woodheads AB. Innovationsbron procura obter lucros comercializando a pesquisa e inovação suecas. A Woodheads AB foi constituída para manejar a propriedade intelectual de 44 pesquisadores no Umeå Plant Science Centre e o Royal Institute of Technology em Estocolmo. O site da SweTree Technologies se jacta de que tem "o direito a todas as inovações em biotecnologia de plantas e florestas que emanam dos membros da Woodheads".

A SweTree Technologies está trabalhando em árvores geneticamente modificadas para maior crescimento de biomassa, maior comprimento de fibra e para produzir madeira que seja mais fácil de ser transformada em pasta (com conteúdo de lignina mais facilmente extraível). Três companhias florestais suecas (a Sveaskog, a Bergvik Skog e a Holmen) são proprietárias em parte da SweTree Technologies. Fica claro que as árvores GM desenvolvidas pela SweTree Technologies não permanecerão em estufas. Quando as árvores GM forem plantadas vão cruzar-se inevitavelmente com as árvores das florestas. Os impactos são desconhecidos e irreversíveis.

Nilsson tem uma visão do futuro: "As árvores serão 'feitas sob medida' claramente assinaladas para seus usos finais. Exemplos disso são as árvores porosas de rápido crescimento para a indústria da celulose, árvores com fibras de madeira compridas para a indústria do papel, árvores de crescimento lento para a fabricação de móveis." Na realidade, isso significa vastas monoculturas de árvores geneticamente modificadas. Não tem nada a ver com a sustentabilidade ou a preocupação pelo meio ambiente. Trata-se de lucros para a indústria.

Por Chris Lang, email: [chrislang@t-online.de](mailto:chrislang@t-online.de), <http://chrislang.org>

[início](#)

---

## - Novo relatório e sítio web sobre a indústria celulósica

Um novo relatório da ONG alemã Urgewald sobre os impactos sociais e ambientais da indústria celulósica já está disponível. O relatório "Banks, Pulp and People – A Primer on Upcoming International Pulp Projects" ("Bancos, Celulose e Povos- Uma cartilha sobre os projetos celulósicos internacionais a serem apresentados"), elaborado por Chris Lang, descreve os impactos da indústria, analisa o histórico das empresas envolvidas e observa as novas expansões no setor. O relatório está disponível no novo site da Urgewald: [www.pulpmillwatch.org](http://www.pulpmillwatch.org), documenta os problemas causados pelas atividades já existentes e esmorece os projetos problemáticos vindouros.

[início](#)

---

## MULHERES, ATIVIDADE MADEIREIRA E PLANTAÇÕES DE DENDEZEIROS

### - Ilhas Salomão: empresa madeireira fere mulheres que defendem suas terras

As atividades madeireiras da Omex Industry Limited em terras Boloboe, na ilha Vella La Vella, província ocidental do país, têm sido por muito tempo objeto de disputas e batalhas legais. No último fim de semana de finais de julho ocorreu uma tragédia.

Um grupo de mulheres locais entraram na floresta para se manifestar contra as atividades que elas consideraram ilegais. A tentativa de proteger seu direito sobre a terra e seus recursos foi esmagada pelos guardas de segurança da empresa, que- armados com facas, paus, arcos e flechas e pedras- atacaram e feriram o grupo de mulheres indefesas. Em decorrência desse ataque, sofreram graves cortes, fraturas de ossos e diversas feridas.

Conforme relatórios de Moffat Mamu, publicados no Solomon Star no dia 30 de julho de 2007, "um porta-voz do povoado Leona- que falou sob a condição de não ser identificado- disse que a comunidade estava chocada por esse ataque sobre mulheres indefesas de sua comunidade." "É a primeira vez que as mulheres são feridas desse jeito enquanto se manifestavam contra a atividade madeireira e a Polícia de Gizo leva o caso muito seriamente," disse ele. "Essas mulheres são as mães de nossas crianças e tentavam proteger seus direitos e recursos," disse o ancião do povoado.

O Conselho de Mulheres da Província Ocidental logo reagiu ao ataque, que foi descrito "como cruel e desumano", e em depoimento à imprensa apelou às autoridades nacionais para condenar o ataque e suspender a autorização da atividade madeireira da empresa com o argumento de ela não ter respeitado as mulheres que são também mães e têm crianças para cuidar e criar.

Conforme a Rádio New Zealand Internacional, "A presidenta do Conselho Nacional de Mulheres, Hilda Kari, declarou que está na hora de o governo revisar as questões que envolvem a indústria florestal. Ela disse, porém, que o fato de o governo depender das verbas provenientes da atividade madeireira faz que seja muito difícil conseguir falar com eles sobre os problemas.

No entanto, Kari disse que é necessário que o governo aja agora. "Eles deveriam reconsiderar a indústria madeireira observando todas as áreas de desenvolvimento em que está envolvida a indústria madeireira; o tipo de pessoas envolvidas, se é necessário ou não trazer pessoal de fora para o setor ou a mão-de-obra pode estar formada por ilhéus das Salomão em vez de trazer todas

essas pessoas que estão provocando os problemas.”

Kari também condena a exploração sexual de crianças que, conforme foi informado, ocorre nas proximidades de algumas áreas de corte.”

Artigo baseado em: “Logging Guards Injure 6 Women”, Solomon Star, 30 de julho de 2007, Moffat Mamu, enviado por Brian Burnton, Alotau Environment , e-mail: [alotauen@online.net.pg](mailto:alotauen@online.net.pg); “Solomon Islands National Council of Women condemns logging incident”, Radio New Zealand International, <http://www.rnzi.com/pages/news.php?op=read&id=34038>; “Women Call for Suspension of Logging License”, Edner Rence, Solomon Times Online, <http://www.solomontimes.com/news.aspx?nwID=472>

[início](#)

---

### - Ilhas Salomão: atividade madeireira como fator principal do abuso sexual das jovens

Já foi comprovado que a atividade madeireira nos países do Sul pode gerar enormes verbas de exportação para os governos e importantes lucros para as empresas, mas para as comunidades locais tem tido uma face ruim ao espalhar penúrias sociais e ambientais por toda parte (vide Boletim do WRM N° 34)

Um exemplo disso tem vindo à tona nas Ilhas Salomão, onde um recente relatório do Centro Cristão de Assistência da Igreja da Melanésia, que desenvolveu a pesquisa na região de Arosi na província de Makira, revelou que mais de 70 crianças de 12 povoados tinham sofrido exploração sexual por parte dos trabalhadores madeireiros das áreas de corte de madeira próximas dos seis povoados estudados.

O relatório “A exploração sexual com fins comerciais de crianças nas Ilhas Salomão: um relatório com foco na presença da indústria madeireira em uma região remota” pesquisa a exploração sexual com fins comerciais de jovens, ou o abuso sexual em troca de dinheiro ou mercadorias, por exemplo arroz; e centra-se na presença da indústria madeireira e o papel da indústria no abuso e exploração de crianças.

Apesar de o relatório não fornecer o nome de nenhuma empresa, a atividade madeireira nas Ilhas Salomão está dominada por empresas malásias, e em menor medida, por empresas sul-coreanas. Contudo, a madeira cortada agora está sendo transportada à China para ser usada nas instalações olímpicas em Beijing.

Quanto à pesquisa sobre a incidência dos fatores relacionados com a exploração sexual das crianças para fins comerciais (CSEC, sigla em inglês) na região, todos os resultados do grupo de trabalho e das discussões com a equipe do projeto afirmam que “o abuso infantil é um problema que existe há muito tempo na comunidade, enquanto a CSEC apresenta um desenvolvimento mais recente que tem sido amplamente atribuído à presença da indústria madeireira”.

A atividade madeireira acarretou uma mudança drástica nos meios de vida tradicionais das comunidades locais, com a introdução do dinheiro, costumes diferentes, um consumo distorcido. O dinheiro, como elemento de poder, é manejado pelos homens, em sua maioria estrangeiros. As mulheres, especialmente as jovens- algumas delas de não mais de 13 anos de idade- viraram presas desses homens, que por sua vez são vítimas da exploração, alienação e solidão. O que acompanha

isso tudo é a desarmonia e a decadência sociais.

Conforme o relatório "A questão do dinheiro é muito significativa para a presença da CSEC. O dinheiro foi citado como o motor para a CSEC na maioria dos casos." "Parece que, na maioria dos casos, o dinheiro foi usado para coisas que, nos povoados, eram consideradas como desnecessárias, tais como alimentos processados, construção de moradias com materiais permanentes (em vez das casas mais comuns feitas de folhas), viagens para visitar Honiara [a capital] à procura de lazer e de vestimentas ou produtos de beleza. Os madeireiros estrangeiros ofereceram uma 'oportunidade' para os jovens terem acesso ao dinheiro e a bens nos que eles jamais pensariam. Isso também é refletido no número de notícias que envolvem crianças que visitam as áreas de corte para assistir a filmes, observar o maquinário ou as embarcações de madeira-coisas que, de outra forma, seria impossível que eles vissem. Nesse sentido, as crianças vêem as áreas de corte como locais excitantes, e podem ser facilmente persuadidas para embarcar nos navios ou entrar em casas e dormitórios; e dessa forma, aumenta o risco de abuso." "As influências estrangeiras também são mencionadas em relação com a perda de kastom [práticas tradicionais ou consuetudinárias], segundo as quais coisas tais como a disponibilidade de álcool e drogas, materiais pornográficos e a influência de Honiara (com maiores índices de criminalidade e um modo de vida mais "ocidental") eram consideradas prejudiciais para os meios de vida tradicionais."

A atividade madeireira é um negócio que, além de não providenciar uma vida decente para as comunidades locais, intensifica e aprofunda o abuso sexual. Citando as palavras de Ta'ahia- autor de "Atividade madeireira, uma maldita bênção: é este o caminho para as ilhas? A apremiante situação dos moradores de Tawatana na Ilha Makira": "A atividade madeireira está acabando com nosso povo. Talvez não o faça imediatamente, mas aos poucos; e talvez de mais maneiras das que conheceremos. A interrupção do desenvolvimento madeireiro insustentável em nossas ilhas não é apenas para a preservação de nosso ambiente ou das ilhas mas também- e com maior relevância- para a preservação ou conservação do que significa ser ilhéu das Salomão, e acima de tudo, visando à integridade, liberdade e sobrevivência de uma raça. Obviamente todos nós devemos enfrentar as mudanças, e o fazemos; mas deveríamos perguntar-nos: Estamos progredindo ou obtendo benefícios desse desenvolvimento? Ou não estamos em melhor situação que antes, exceto que agora pode piorar já que estamos perdendo nossos recursos, nossos costumes culturais, e sendo forçados a mudar por causa de acordos empresariais duvidosos que beneficiam, no curto prazo, um punhado de escolhidos?"

Artigo baseado em: "Logging sparks rise in child sex abuse-Solomon", Solomon Star, 1º de agosto de 2007, <http://www.solomonstarnews.com/?q=node/14571>, enviado por Nina Bulina, Greenpeace Australia Pacific, Email: [nina.bulina@pg.greenpeace.org](mailto:nina.bulina@pg.greenpeace.org); "Commercial Sexual Exploitation of Children in the Solomon Islands: A Report Focusing on the Presence of the Logging Industry in a Remote Region", [http://www.anglicanmelanesia.org/download/CCC\\_CSEC\\_Report.pdf](http://www.anglicanmelanesia.org/download/CCC_CSEC_Report.pdf)

[início](#)

---

### **- Indonésia: os impactos das plantações de dendezeiros sobre as mulheres**

Vinte e duas mulheres provenientes de todas as províncias de Kalimantan e Sumatra se reuniram em Bogor, de 22 a 24 de maio, a fim de discutirem os efeitos que as plantações de dendezeiros produziram nas suas vidas.

## Mulheres e desenvolvimento

Por que as mulheres? É óbvio que as mulheres indonésias têm sido marginalizadas pelo processo de desenvolvimento, que inclui o estabelecimento de plantações de dendezeiros em grande escala.

Raramente as mulheres tomam decisões nos empreendimentos iniciados por governos e companhias. Geralmente, elas são consideradas apenas como “mãos” em vez de ‘cérebros’, ou seja como os meios para implementar as providências depois de as decisões terem sido tomadas, em vez de estar ativamente envolvidas nos estágios de planejamento, controle, supervisão e avaliação. Contudo, as mulheres tendem a considerar-se como sobreviventes e freqüentemente são uma torre de fortaleza quando as comunidades se opõem aos planos que ameaçam seus meios de vida.

A criação e a expansão das plantações de dendezeiros têm tido impactos diferentes sobre as mulheres; ora diretos, ora indiretos. Por exemplo, nas sociedades tradicionais, as mulheres têm um papel importante no manejo dos recursos naturais e na manutenção dos meios de vida sustentáveis com os quais alimentam a suas famílias.

Isso tudo desapareceu quando as plantações substituíram as florestas e as terras agrícolas (vide DTE 63: 1, <http://dte.gn.apc.org/63WOM.htm>).

As empresas ainda continuam ganhando acesso às terras comunitárias, ao simplesmente se apropriarem delas ou contratando capangas para intimidar as pessoas. Aquelas pessoas que resistirem, inclusive as mulheres, são obrigadas a fugir de seus lares porque são acusadas de causar danos nas propriedades das empresas. A polícia ameaça com arrestá-las se elas voltarem a seus povoados. Freqüentemente, são detidas pela polícia sem a devida autorização. Além disso, as testemunhas muito freqüentemente se transformam em suspeitos. É por causa disso que a maioria dos moradores receiam iniciar qualquer ação contra as empresas que violam seus direitos.

### *As vozes das mulheres*

Isso foi o que aconteceu com Yana, uma das participantes do sul de Sumatra que não conseguiu voltar a seu lar por medo de ser detida pelas autoridades. Outra participante, do distrito de Indragiri Hulu em Riau, contou como uma mulher de seu povoado tinha morrido em decorrência de um colapso depois de o marido ter sido detido pela polícia alegando danos criminosos sobre a propriedade da empresa plantadora. Quando as mulheres do povoado de Hajak Dusun Sikui em Kalimantan Central tentaram reclamar suas parcelas agrícolas, a companhia as acusou de ocupação ilegal das terras; atualmente, o caso está em processo policial.

A poluição ambiental e os problemas sanitários também são motivo de preocupação para as mulheres que vivem dentro e nos arredores das plantações. No povoado de Keladi, no distrito de Ketapang em Kalimantan Ocidental, as pessoas começaram a sofrer escassez de água limpa para consumo devido a que o rio do qual se abastecem está a jusante de uma extensa plantação de dendezeiros. As crianças sofreram erupções cutâneas após tomarem banho no rio. Uma mulher de Long Ikis em Pasir, Kalimantan Oriental descreveu como o rio Soi se tornou preto e já não serve mais para obter água limpa. É impossível encontrar peixes no rio, inclusive a um quilômetro da plantação. Aparentemente, o problema se deve a que a companhia verte os detritos da planta processadora de azeite de dendê diretamente no rio quando os tanques de detritos estão cheios.

Várias participantes relataram como as companhias providenciavam os produtos agroquímicos sem oferecer equipamento nem instruções de segurança adequados. Freqüentemente, as mulheres não tinham a mínima idéia quanto aos possíveis efeitos dos pesticidas que usavam, especialmente nas

primeiras etapas da gravidez. As mulheres capinadoras, às vezes acidentalmente, eram contaminadas com sprays usados por outros trabalhadores dos arredores. Os pesticidas e fertilizantes, armazenados nas moradias das pessoas, representavam um risco, particularmente a mulheres e crianças que não podem ler nem entender as etiquetas. Os contêineres de pesticida vazios, ocasionalmente, eram usados para fins domésticos e os pesticidas armazenados em contêineres como garrafas de água velhas.

Outros problemas, para as mulheres, associados com as plantações de dendezeiros dizem respeito à pobreza e às dívidas. Muitas empresas pagam às mulheres salários mais baixos dos que são pagos aos homens com o argumento de elas fazerem trabalhos mais fáceis. Uma mulher do povoado de Wirano no sudeste de Sulawesi reclamou por não ter sido construída nenhuma planta processadora depois de seis anos de ter se estabelecido a plantação e portanto, os moradores deviam jogar fora os frutos maduros dos dendezeiros. Enquanto isso, a empresa plantadora ainda exige o pagamento dos empréstimos que ofereceram para suas cooperativas.

Muitas jovens de Kalimantan Ocidental decidem se locomover à vizinha Malásia à procura de trabalho. O motivo principal é que já não têm terras para cultivar nem plantações de seringueiras para tirar borracha desde que toda a área em que movaram se transformou em plantações de dendezeiros. Frequentemente elas voltam a seus povoados como mães solteiras. É comum que essas mulheres abram um barzinho com aposentos no fundo a fim de serem usados para a prostituição. Esses barzinhos, presentes na maioria dos povoados de plantações, aumentam ainda mais o número de crianças nascidas fora do casamento. Isso também é um problema para as mulheres casadas da comunidade: dizem que estão aumentando as multas costumeiras por infidelidade.

As plantações fizeram a vida das mulheres mais dura também de outras formas. As mulheres devem buscar lenha para cozinhar em lugares mais distantes depois de as florestas terem sido clareadas para as plantações. Não há pastagens para o gado nas proximidades do povoado já que estão cercados por plantações. E as mulheres devem carregar a água para consumo por trajetos maiores.

#### Pedidos de ação

É provável que a carga para as mulheres seja ainda maior com a expansão das plantações de dendezeiros em grande escala. Por isso algumas participantes dessa oficina tiveram uma reunião com representantes da Comissão Nacional para as Mulheres e o parlamento nacional em Jakarta. Em sua declaração escrita, as mulheres instaram a Comissão para:

- Apoiar as comunidades na luta com as empresas palmicultoras;
- Pressionar o governo para resolver os conflitos entre as comunidades e as plantações;
- Realizar estudos de campo para pesquisar os impactos negativos que as plantações de dendezeiros têm sobre as mulheres que moram dentro ou nos arredores delas.

Artigo de Down To Earth, Newsletter No. 74, agosto de 2007, enviado por Carolyn Marr, e-mail: [dte@gn.apc.org](mailto:dte@gn.apc.org), <http://dte.gn.apc.org>

[início](#)

---

**- Papua- Nova Guiné: a vida pode ser difícil para as mulheres nas plantações de dendezeiros**

As plantações de dendezeiros em grande escala têm resultado serem um desenvolvimento muito

nocivo para os povos locais na Papua Nova Guiné, e especialmente para as mulheres, para as que têm envolvido mudanças dramáticas em suas vidas, trabalho, segurança e saúde. (ver Boletim Nº 120 do WRM).

O "desenvolvimento" prometido –isto é, abastecimento de água, eletricidade, habitação "melhorada"- oferecido às comunidades em troca por suas terras nunca virou realidade. E a renda resulta escassa. De acordo com as crônicas da ativista Andrea Babon, um cultivador de dendezeiros disse no ano passado que no começo lhes prometeram aproximadamente 200 dólares australianos (AUD) por tonelada de dendezeiros que colhiam. No entanto, o preço internacional do dendezeiro caiu e receberam apenas AUD 50 por tonelada.

Babon explicou que "O dendê é colhido pelos cultivadores e coletado pela companhia de dendezeiros cada duas semanas". Colher 1,7 toneladas de fruta pode levar dois dias de trabalho, desde o nascer do sol até o pôr do sol a uma família inteira (incluindo crianças de até cinco anos), pelos que o pagamento foi aproximadamente AUD 85 menos os custos deduzidos pelas companhias de dendezeiros por materiais como adubos e repagamentos de empréstimos que podem constituir até 70% do pagamento. Isso é muito trabalho difícil e duro por tão pouco como USD 25,50 por quinzena."

Mais problemas se acrescentam ao pagamento insuficiente, especialmente para as mulheres, quando se trata da distribuição da renda dentro da família. As mulheres obtêm apenas um minúsculo montante do dinheiro ganhado por seus maridos, apesar de que elas têm contribuído com a produção dos frutos. Geralmente têm menos controle do dinheiro que os homens, porque as companhias de dendezeiros tratam com os homens, já que eles obtêm os trabalhos melhor remunerados por cortar os grandes cachos de dendês das árvores.

Além disso, essa perda de participação social das mulheres tem significado uma mudança dramática em sociedades que costumavam ser matriarcais. Um relatório da *Australian Conservation Foundation* –Fundação de Conservação Australiana- (ACF) cita uma mulher proprietária de terras de New Ireland dizendo: "*Nossa sociedade é uma sociedade matriarcal [quando uma mulher é a chefe de uma família ou tribo]. Mas a consulta com as mulheres não está acontecendo. Os homens estão tomando todas as decisões, mas a terra é nossa. A terra em outras partes do mundo é muito cara. Somos como vacas. Eles tiram o leite de nós e depois vão embora. É hora que resistamos.*"

Também há áreas com um sistema matrilinear, que na PNG significa que a terra é entregue da mãe para a filha, em vez de do pai para o filho. Apesar de que as mulheres são as proprietárias legítimas da terra, na medida que as companhias de dendezeiros falam somente com os homens, são eles que cedem a terra das mulheres por um aluguel, sem o consentimento das mulheres.

Um relatório da ACF revelou que "na área do Governo em Nível Local de Mosa (LLG) na Província de West New Britain, as mulheres experimentam o aspecto mais significativo da pobreza quando dizem que se sentem 'encaixotadas' pelo reassentamento em um bloco de dendezeiros e agora não têm aonde ir mas continuar colhendo os dendês. São incapazes até de arcar o custo de viajar para voltar para sua casa." Aqui a renda mensal de um bloco de dendezeiros de 4 hectares é aproximadamente PGK 1.800. Com duas ou três gerações de membros da família vivendo dessa renda, não é suficiente para satisfazer todas as necessidades básicas. As pessoas foram atraídas para a área, com promessas de desenvolvimento, resultando em significativo superpovoamento dos blocos. Algumas famílias não podem nem comprar artigos básicos como por exemplo sabão e medicinas e não têm dinheiro para pagar as matrículas e uniformes das escolas."

Quando as terras agricultáveis tradicionais são convertidas em plantações de dendezeiros, o acesso das mulheres ao quintal é às vezes restringido. Isso implica que as mulheres são privadas de uma fonte de alimentos para suas famílias. Com menos terra para quintais e cultivo de subsistência, o que segue é que as famílias devem basear-se em alimentos comprados, para o que é preciso mais dinheiro.

A restrição para cultivar no quintal também priva as mulheres da renda que podem obter com a venda dos produtos do quintal nos mercados locais, que geralmente controlam, o que restringe não apenas sua liberdade, mas também o que influi na renda familiar, já que se sabe que as mulheres tendem mais a gastar seu dinheiro na família que os homens.

Com base nessa noção, a Oil Palm Industry Corporation (OPIC) introduziu o *Mama Lus Frut Scheme* (MLFS) em Hoskins, WNB em 1997. É um sistema que reduz as mulheres a colher os restos. De acordo com o relatório da ACF, o esquema "foi originalmente desenvolvido porque muitos frutos ficavam no chão e se perdiam. De acordo com o esquema, entregava-se às mulheres suas próprias redes de colheita e um sistema de pagamento (chamado 'cartão mama'). Solicitava-se às mulheres que colhessem os frutos soltos para vendê-los à companhia. Esse esquema tem sido promovido pelos promotores do dendezeiro, incluindo a Agência Australiana de Ajuda (AusAID) como um bom passo para ajudar às mulheres na PNG.

"Os homens foram convencidos de aceitar o MLFS porque a OPIC disse para os homens que se as mulheres ganhavam uma renda, a família inteira se beneficiaria. No começo, isso parecia uma boa idéia. No entanto isso poderia ter incentivado também alguns homens a transferir *toda* a responsabilidade pelo bem-estar da família às mulheres, para que eles pudessem gastar seus próprios cheques de pagamento para eles mesmos.

Ignoradas, restringidas, com trabalho pesado, pouca renda e até ameaçadas de violência doméstica pelos homens, sujeitas a trabalho duro e perda de meios de vida tradicionais e valores, a vida pode ser difícil para as mulheres nas plantações de dendezeiros.

Artigo baseado em: "The Impact of Oil Palm on Women and Families", Australian Conservation Foundation (ACF), enviado por Lee Tan, Asia-Pacific Program Coordinator, Australian Conservation Foundation, Email: [L.Tan@acfonline.org.au](mailto:L.Tan@acfonline.org.au), <http://www.acfonline.org.au/>; "Papua New Guinea Case Study - Asian Development Bank Technical Assistance Loan to Papua New Guinea for Nucleus-Agro Enterprises", Australian Conservation Foundation (ACF), Centre for Environmental Law and Community Rights (CELCOR/FoE PNG) e Friends of the Earth Australia (FoE Australia), escrito by Lee Tan, enviado pelo autor; "Anatomy of a Campaign", por Andrea Babon, [http://www.acfonline.org.au/uploads/res\\_Habitat\\_AP\\_3.pdf](http://www.acfonline.org.au/uploads/res_Habitat_AP_3.pdf)

[início](#)

---

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrn@wrn.org.uy](mailto:wrn@wrn.org.uy)  
<http://www.wrn.org.uy>

